

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LICENÇA PRÉVIA/INSTALAÇÃO

AUT. N.º 019/2025-LPI

A Secretaria Municipal da Saúde, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária, da Prefeitura Municipal de Tabaí de acordo com o que lhe confere a Lei nº. 6.938 de 31/08/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274, de 06/06/1990, pela resolução do CONAMA nº. 237 de 19/12/1997 e de acordo com a Constituição Federal, Estadual e Lei Municipal nº. 498/06 que dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente e Lei Orgânica do Município de Tabaí, no uso das suas atribuições, com base nas Resoluções do CONSEMA 102/2005 e 217/2009, com base nos autos do processo administrativo nº. 029/2025 –11/06/2025 expede a Licença Prévia/ Instalação:

EMPREENDEDOR: Prefeitura Municipal de Tabaí **CODRAM:** 3451,10

ENDEREÇO: Rua Deputado Júlio Redecker, nº251. Centro – Tabaí, RS.

Para a atividade de: obras de melhoria de segmento de estrada vicinal com pavimentação.

Localizado: Rua Leonel Rodrigues do Nascimento - Município de Tabaí – RS.

Treço 01- Pavimentação Asfáltica, 1.300,00m da Estaca 73 à 138 (9.100 m²)

Com as seguintes condições e restrições:

1- Quanto à autorização:

1.1 – a cópia desta autorização deve permanecer no local do empreendimento, é dever e torna-se imprescindível que todos os engenheiros/supervisores da obra tenham conhecimento do exposto neste Documento Licenciatório;

1.2 - este documento licenciatório Autorização Geral não é renovável, ou seja, contempla e defere somente a execução de atividades por um prazo máximo de 2 (dois) ano a partir da data de emissão;

2. Quanto ao Empreendimento, obras de terraplenagem e construção civil:

2.1 – em caso de acidente ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, contaminação do solo, vegetação e/ou recursos hídricos, a Equipe de Supervisão Ambiental ou a Equipe técnica do

Empreendedor deverão mitigar o ocorrido, e a Fepam deverá ser informada por meio de Relatório técnico, com dados pertinentes e memorial fotográfico;

2.2 – este Documento licenciatório defere a execução de obras de infraestrutura para construção de acesso rodoviário municipal, bem como a pavimentação asfáltica com tratamento betuminoso (CBUQ, TSD ou similar), obras de melhoria para drenagem pluvial, sinalização vertical e horizontal;

2.3 – as obras propostas de implantação do Empreendimento deverão obedecer às especificações técnicas, memorial descritivo, e planta apresentadas, conforme Normas técnicas do DAER ou DNIT, com acompanhamento do responsável técnico Engenheiro Civil;

2.4 – em caso de uso de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) a Usina de asfalto deverá possuir Licença de Operação do órgão ambiental competente;

2.5 – o material mineral utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente, e com Licença de Operação em vigência;

2.6 – o material betuminoso a ser utilizado no Empreendimento deverá ser armazenado de forma adequada com devida proteção contra vazamentos de acordo com a legislação ambiental vigente, e no caso de uso de tanque para armazenamento, o mesmo deverá ser acondicionado em estrutura (bacia de contenção) com piso impermeável com caixa separadora, e com a devida sinalização de segurança e ambiental;

2.7 – as áreas destinadas para disposição de material excedente/inservível (bota-fora) deverão ter licenciamentos ambientais específicos junto ao Órgão Ambiental competente, e somente poderão ser utilizadas após a obtenção das respectivas Licenças de Operação;

2.8 – o material excedente/inservível (resíduos da construção civil) deverá ser disposto em local adequado, com licenciamento ambiental de acordo com as normas ambientais vigentes;

2.9 – os locais objeto de obras no Empreendimento deverão receber sinalização de segurança, principalmente em desvios e locais sujeitos ao tráfego de veículos de passeio ou carga;

3. Quanto aos Resíduos Sólidos e uso de óleos lubrificantes:

3.1. os resíduos oriundos das obras deverão ser destinados a locais devidamente licenciados;

3.2. não poderão ser utilizados áreas de preservação permanente, nascentes ou locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte de resíduos da construção civil, material mineral inservível ou excedente;

3.3. em caso de uso de produtos que possam originar resíduos Classe I, o armazenamento temporário deverá ser realizado em área coberta, com bacia de contenção e conforme as orientações da Norma ABNT NBR 12235 – Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos, a qual inclui resíduos líquidos;

3.3.1. o responsável ou encarregado da operação deverá inspecionar, periodicamente, as áreas de armazenamento, verificando os possíveis pontos de deterioração dos recipientes e vazamentos causados por corrosão ou outros fatores, assim também como o sistema de contenção. Qualquer irregularidade



constatada deverá ser registrada e as ações corretivas deverão ser executadas imediatamente, sob supervisão de responsável técnico habilitado;

3.4. os resíduos devem ser destinados para empreendimentos (locais) licenciados, e os registros comprovando a destinação deverão ser mantidos arquivados com o Empreendedor à disposição da fiscalização;

3.5. deverá ser realizada a devolução voluntária das embalagens plásticas de óleos lubrificantes adquiridos em ponto de compra no comércio varejista, sendo ponto de coleta dos fornecedores imediatos (atacadista/fabricante), para que realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo;

3.6. a lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;

3.7. todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 362/2005;

4. Quanto à Cobertura Vegetal e área de preservação permanente (APP):

4.1. não está licenciada a supressão de vegetação nativa e/ou corte de exemplares de espécies nativas no traçado do Empreendimento;

4.2. não está autorizado a intervenção, supressão de vegetação ou corte de exemplares nativos em área de preservação permanente, de acordo com Resolução n.º 302 e n.º 303 do CONAMA, em conformidade com a Lei Federal n.º 4.771/1965 e Lei Estadual n.º 11.520/2000;

4.3. não está licenciado modificações ou retificação de cursos d'água situados na área de influência direta do Empreendimento;

4.4. não está licenciado o corte ou supressão de exemplares protegidos por Lei (ameaçados de extinção ou imunes ao corte) constante nas Listas Oficiais da flora protegida;

4.5. se houver necessidade de supressão de vegetação ou corte de exemplares nativos, deverá ser solicitado ao DEMMA a adequação de manejo florestal por meio de requerimento com protocolo de juntada ao presente Processo, sendo necessário apresentar justificativa técnica com memorial fotográfico, Projeto de Corte/Supressão, Projeto de Reposição florestal, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), taxa FUNDEFLO (DEFAP/SEMA-RS), taxa de atualização de documento licenciatório e demais informações pertinentes;

5. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

5.1. aconselha-se a implantação de Projeto de Arborização Urbana, visando contribuir para beleza cênica do local;

5.2. está proibida a utilização de fogo (queimadas) e de processos químicos (capina química) para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992 e Lei Estadual nº 11.520/2000;

5.3. deverão ser preservados os exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual Nº 9.519 de 06/07/92 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual Nº 42.099/2002 (Lista da Flora Nativa ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul);

6. Quanto à Supervisão Ambiental:

6.1. as obras de implantação do Empreendimento deverão ter efetiva supervisão ambiental a ser efetuada por técnicos devidamente habilitados;

6.2. o Empreendedor deverá providenciar a anuência do Órgão Federal responsável pela rodovia, ou caso seja pertinente a anuência da Empresa concessionária da rodovia, quanto a implantação do Empreendimento;

6.3. a Supervisão Ambiental tem como objetivo exercer o controle e a minimização de impactos provenientes da atividade proposta sobre o solo, vegetação, recursos hídricos e a biodiversidade existentes, bem como fazer cumprir as condições e restrições estabelecidas;

6.4. a Equipe de Supervisão Ambiental ou a Equipe técnica do Empreendedor deverão informar imediatamente à FEPAM, a ocorrência de qualquer situação verificada nas obras que esteja em desacordo com as restrições e condicionantes estabelecidas neste Documento licenciatório;

6.5. deverá ser protocolado após o término das obras, no prazo de 2 (dois) ANOS a partir da emissão deste Documento licenciatório, o Relatório Técnico de Situação Ambiental contendo descrição das atividades executadas com memorial fotográfico completo: da execução das obras; da destinação final de todos os resíduos gerados na obra; da sinalização de segurança, regulamentação e advertência; e das ações e medidas adotadas durante a supervisão ambiental;

6.5.1. o referido Relatório deverá ser assinado por profissional habilitado e pelo Empreendedor, com cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica-ART (carimbo e assinaturas);

Com vistas à obtenção da **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, o empreendedor deverá apresentar:

1- Requerimento solicitando a Licença de OPERAÇÃO;

2- Cópia desta Licença de Instalação;

3- Projeto da construção e dos sistemas de manejo dos resíduos e animais mortos atendendo todas as exigências desta licença. Deverá ser descrito o plano operacional para manejo e retirada dos dejetos, incluindo tipo de destino; periodicidade; frequência; de retirada; áreas previstas para deposição (informando: nome do proprietário, classificação do solo, tipo de cultura onde o resíduo será aplicado;

4- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelas informações técnicas, projeto das construções e projeto do sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos gerados;





- 5- Croquis de localização das instalações, com detalhes da vizinhança;
- 6- Informar o responsável pelo manejo dos animais;
- 7- Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de licenciamento ambiental.

Estas solicitações baseiam-se no **Princípio da Precaução** e têm como objetivo a prevenção por qualquer dano ambiental ou à saúde humana.

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao Departamento Municipal de Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido.


Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigida pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença só é válida para as condições contidas acima e até 17/06/2027.

Caso algum prazo estabelecido for descumprido ou algum dado fornecido não corresponder à realidade, automaticamente este documento perderá a validade.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Tabai, 17 de junho de 2025.


Patrícia dos Reis
Bióloga
CRBio-25100-03D


Anderson de Azevedo Vargas
Prefeito Municipal